



ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE
(CIPRL)

RELATÓRIO

ACTIVIDADES

E

CONTAS

ANO CIVIL DE 2017



Junta de Freguesia de Alte



loulé
concelho



ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE, CIPRL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Cooperantes

Tendo o Conselho Fiscal reunido no dia 08 de março de 2018, pelas 14 horas e 30 minutos, na sede da Escola Profissional de Alte, CIPRL, onde estiveram presentes, a presidente Madalena Coelho e as vogais Ana Silva e Paula Gião, tendo sido verificados os documentos: Relatório de Atividades e Contas da EPA – Escola Profissional de Alte, CIPRL, para o ano civil de 2017, vem o Conselho Fiscal emitir parecer, nos termos da lei e dos nossos estatutos.

Analizados os documentos e esclarecidos alguns pontos junto da Direção da EPA, somos de parecer:

Ponto Único - Que aproveis o Relatório de Atividades e Contas da EPA – Escola Profissional de Alte, CIPRL, para o ano civil de 2017.

Alte, 08 de março de 2018.

A Presidente do Conselho Fiscal

Madalena Coelho

A Vogal

Paula Gião

A Vogal

Ana Silva



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Escola Profissional de Alte, CIPRL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.559.044 euros e um total de capital próprio de 1.455.173 euros, incluindo um resultado líquido de 1.674,08 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Escola Profissional de Alte, CIPRL** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

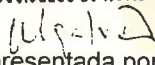
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificamos incorreções materiais.

Faro, 6 de março de 2018

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda^a

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


Representada por:
João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587



Al.
P. J. M.
C. J. M.

INDICE

Páginas	Designação / Títulos
3	a 12 A - Relatório de Atividades 2017
3	a 12 A formação de nível secundário e de nível básico desenvolvida na E. P. Cândido Guerreiro / EPA
13	a 37 B - Relatório económico e financeiro
13	a 18 1 – Análise económica e financeira
13	a 17 1.1 – Situação económica
17	a 18 1.2 – Situação financeira e patrimonial
19	a 38 2 - Demonstrações financeiras
19	A – Balanço
20	B – Demonstração dos resultados por naturezas
20	C – Demonstração nas alterações no capital próprio
21	D – Demonstração dos fluxos de caixa
22	a 36 E – Anexo às Demonstrações Financeiras
22	1 – Identificação da entidade
22	a 23 2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
23	a 26 3 – Principais políticas contabilísticas
26	a 27 4 – Fluxos de caixa
27	5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
27	6 – Ativos fixos tangíveis
28	7 – Inventários
29	8 – Rédito
29	a 30 9 – Subsídios do governo e apoios do governo
31	10 – Acontecimentos após a data do balanço
31	11 – Impostos sobre o rendimento
32	a 35 12 - Instrumentos financeiros
35	a 36 13 – Benefícios de empregados
37	a 38 F – Considerações Finais
36	a 37 Considerações
37	a 38 1 – Perspetivas de Futuro
39	a 39 2 – Proposta sobre o Relatório e Contas



INDICE

Páginas	Designação / Títulos
40	a 50 ANEXO COMPLEMENTAR I – Documentação Contabilística
41	Dados das Empresas Locais: Ano 2017
42	a 50 Balanço GERAL 31 DEZ 2017
51	a 158 ANEXO COMPLEMENTAR II – Documentação e informação pertinente:
52	a 58 CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo 2014/17
59	a 69 CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo 2015/18
70	a 81 CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo - 2016/19
82	a 91 CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação profissional - Ciclo 2017/20
92	a 97 CONTRATO – PROGRAMA referente ao apoio financeiro à formação vocacional básica - Ciclo 2015/17- 2D <i>CONTRATO – PROGRAMA ref. apoio financeiro ao curso de Educação Formação Tipo 2 - Ciclo 2016 18 - Turma 2A - Não disponível à data</i> <i>CONTRATO – PROGRAMA ref. apoio financeiro ao curso de Educação Formação Tipo 3 - Ciclo 2016 17 - Turma 1A - Não disponível à data</i>
98	a 104 Extra da Candidatura ao CRESCE ALGARVE 2020 referente aos Cursos de Educação Formação 2016/2019
105	a 112 CONTRATO – PROGRAMA ref. ao apoio financeiro aos transportes escolares no concelho de Loulé – 2015/18
113	Quadro II da página 5
114	Quadro II – Formação realizada em 2016
115	a 117 Listagem das turmas e dos alunos e das respetivas faltas às sessões de formação em 2017
118	Listagem dos alunos desistentes em 2017
119	Jovens técnicos que terminaram o ensino profissional secundário com qualificação prof. de nível IV no Ano 2017
120	Jovens que terminaram a formação vocacional e educação formação, 3.º ciclo do ensino básico no Ano 2017
121	a 126 Indicadores de avaliação dos resultados do Projeto Educativo da Escola Profissional Cândido Guerreiro / EPA
127	a 129 Grelha de Análise dos Critérios de Seleção dos Cursos Profissionais – Matriz de Análise – Curso / Entidade
130	a 158 Listagem das atividades pedagógicas de âmbito curricular desenvolvidas pelas várias turmas da EPCG 2016/17
159	a 189 ANEXO COMPLEMENTAR III – Informação Diversa
160	Plano de Atividades – Ano Letivo 2016/2017
161	Plano de Atividades – Ano Letivo 2017/2018
162	Listagem de Pessoal não Docente 2016/17
163	Listagem de Pessoal não Docente 2017/18
164	a 168 Pessoal Não Docente – Distribuição pela EPCG / EPA-CIPRL – Estimativas de Custos e Financiamento
169	Listagem de Pessoal Docente 2016/17
170	Listagem de Pessoal Docente 2017/18
171	Ações e horas de formação realizadas pelos trabalhadores e das áreas de formação em que se inserem
172	Distribuição de alunos por Concelhos e Freguesias/Turmas – 2016/2017
173	Distribuição de alunos por Concelhos e Freguesias/Turmas – 2017/2018
174	a 181 Transportes escolares da EPA-CIPRL – 2016/17 e 2017/2018
182	Quadro com a indicação das visitas de estudo realizadas em 2017
183	a 188 Tabelas de preços em vigor na EPA-CIPRL no ano letivo 2017/2018
189	Convocatória da Assembleia-geral do dia 9 de março de 2017

Al.
tant
cy
PC
fy



Relatório de Atividades e Contas
Ano civil de 2017

Período – JAN 2017 / DEZ 2017

Al.
faut
Ley
910
epj

Digníssimo Cooperante,

O presente documento fornece informação sucinta da atividade desenvolvida na instituição durante o período em referência e pretende esclarecer da situação funcional, pedagógica, económica e financeira referente a este mesmo período. O documento é da responsabilidade do órgão de gestão em exercício, que agora o coloca à consideração de Vossa Excelência a fim de dar o seu sentido de voto após a análise e a posterior apreciação a realizar durante a **Reunião da Assembleia Geral**, que terá lugar nas instalações sede desta instituição situadas na Estrada da Ponte em Alte no dia **9 de março de 2018 pelas 14h30**.

A – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em termos funcionais e relativamente à atividade desenvolvida no período, foi prioridade da Direção dar continuidade à autonomização do processo administrativo e pedagógico da Escola Profissional Cândido Guerreiro. Em termos sucintos, além da atividade curricular normal calendarizada, deu-se continuidade ao desenvolvimento de atividades diversas, dentro do leque das já habituais, tendo em vista *em primeiro lugar, os alunos*. Em concreto procedeu-se à criação de oportunidades, respetivamente, práticas simuladas ou em contexto real de trabalho, visitas de estudo, seminários, palestras, etc., que lhes proporcionam oportunidades de desenvolvimento pessoal, das competências chave / transversais para o empreendedorismo, dos conhecimentos científicos e das aptidões técnicas que os capacitam ao bom desempenho profissional nas futuras profissões que venham a desempenhar. Estamos convictos que todas as atividades que os alunos desenvolvem, curriculares ou extracurriculares, serão um contributo importante para que no futuro tenham um capaz exercício da cidadania.

As atividades promovidas têm também importância para a afirmação da *escola* porque permitem estabelecer a sua ligação à comunidade. A mostra quer das suas formações quer das competências dos alunos e dos recursos que mobiliza, dá oportunidade à comunidade em geral de constatar da importância da escola profissional e do seu papel no meio envolvente; neste âmbito, salienta-se a participação na organização e/ou realização de atividades como o BTT de Alte, Semana Cultural de Alte, formação de exterior (OUTDOOR) com toda a comunidade escolar, o projeto anual de ligação da escola à Comunidade com mostra do trabalho realizado sobre a valorização dos recursos autóctones, participação em feiras e mostra de formação diversas, etc.



Assim, no período, desenvolveu-se a formação profissional, vocacional e de educação formação contratada para ter lugar na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em conformidade com os Planos Gerais de Atividades desta Escola aprovados para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, os quais constam do anexo complementar III a este documento (págs. 168 e 169).

Os financiamentos aprovados para a realização da atividade escolar programada e aprovada nos planos de atividades da Escola Profissional Cândido Guerreiro dos períodos JAN / JUL e AGO / DEZ, no âmbito da atividade que é cofinanciada pelos Contrato-Programa celebrados com a DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foram insuficientes para suportar a realização da totalidade dessa atividade nesse período – para consulta de todos os documentos ver o anexo complementar II (págs. 52:97). O conhecimento e a experiência na gestão deste projeto permitem-nos afirmar que as prestações da Escola profissional Cândido Guerreiro podem ser agrupadas em três áreas distintas, respetivamente:

- A formação de nível básico e também de nível secundário realizada na Escola Profissional Cândido Guerreiro, que é contratualizada através dos contratos-programa atrás referidos, celebrados com a DGEstE;
- A realização dos transportes escolares dos alunos que frequentam a Escola profissional Cândido Guerreiro cujos custos são comparticipados pela Câmara Municipal de Loulé através da celebração de um contrato-programa específico a esse efeito;
- A gestão da entidade proprietária, a cooperativa EPA-Escola Profissional de Alte, CIPRL, que é a entidade que tem personalidade jurídica e que foi criada para responder pela gestão da Escola Profissional Cândido Guerreiro

Das fontes de cofinanciamento a encontrar no futuro próximo, o foco será orientado para conseguir o financiamento integral dos custos suportados com a realização dos transportes escolares dos alunos e também para concretizar o financiamento dos custos do funcionamento específico às prestações próprias da EPA-Escola Profissional de Alte, CIPRL enquanto entidade com figura jurídica e que se deseja autónoma do funcionamento da Escola Profissional Cândido Guerreiro.

A formação profissional, vocacional e de educação formação realizada na Escola Profissional Cândido Guerreiro:

1 - Alunos: Foram certificados cinquenta alunos (50).

Vinte jovens técnicos terminaram o curso profissional de Técnico de Turismo no ano civil de 2017 e daí foi-lhes certificado o nível secundário da educação e foram-lhes atribuídos os respetivos Diplomas de Qualificação Profissional de nível quatro do Quadro Nacional de Qualificações (lista nominal na pág. 119 do anexo complementar II).

Na perspetiva de melhorar a motivação e a responsabilidade dos alunos durante o seu percurso escolar e de premiar o empenhamento, a criatividade, a dinâmica, isto é, os melhores resultados e também o bom desempenho na realização dos trabalhos do âmbito da concretização da Prova de Aptidão Profissional (PAP's), sobre proposta da Direção Técnico Pedagógica, e no cumprimento do exposto no regulamento dos Quadros de Valor e Excelência, a Direção deliberou a aprovação da atribuição de Medalha de Mérito Escolar da Escola Profissional Cândido Guerreiro, gravada e alusiva ao reconhecimento quer dos melhores alunos de curso quer da realização da melhor Prova de Aptidão Profissional do ciclo de formação 2014/17 ao aluno:

*Al.
tant
Ley
HC
Am
✶*



ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE – CIPRL

Estrada da Ponte – 8100-012 Alte – Tel. 289 478 100 – FAX 289 478 210

(Quadro I)

ALUNO (A)	CURSO	PAP		CLASSIFICAÇÃO O FINAL DO CURSO
		CLASSIFICAÇÃO	TEMA	
1340/14 – Pedro das Neves Martins	Turismo	18 Valores (+)	Exciting Experiences	16 Valores

(*) Medalha de Mérito de melhor aluno do curso

(+) Medalha de Mérito de PAP Excelência

(-) Diploma de melhor aluno do ciclo de formação 2013/16 – Ministério da Educação

(**) Menção honrosa pela excelente assiduidade ao longo do ciclo de formação – 5 faltas

Trinta e jovens (30) concluíram o 3.º ciclo do ensino básico. Dezasseis integraram a frequência de um curso vocacional básico realizado em dois anos e catorze estiveram incluídos num curso de educação formação (CEF) tipo 3, de nível básico. O curso vocacional foi desenvolvido na base de um projeto pedagógico intitulado de *Produzir, Transformar e Vender* orientado para a sensibilização na valorização dos recursos endógenos locais e o curso CEF incidiu na formação de operadores de manutenção de campos de Golf (Golf keeper). Concluída a formação, dezassete jovens (56,67%) optaram por prosseguir estudos nos cursos profissionais da Escola Profissional Cândido Guerreiro. (Ver listagem da pág. 120 do anexo complementar II). Dos alunos que optaram por frequentar outros estabelecimentos de ensino, identificou-se que o fizeram para frequentar formações nas áreas das Artes e do Espetáculo, Bar, Receção, Desporto e Multimédia em escolas secundárias de Loulé, Faro e Albufeira.

2 - O volume de formação realizado no âmbito da qualificação inicial de jovens consta no quadro II infra expresso.

(Quadro II)

Formação realizada no Período - 2017														FCT / Estágio Prát. Simulada 2017					
Curso	Turma	Ano	Nível	Alunos	Horas Formação		Volume Formação		Faltas dos Alunos						Taxa de Faltas	Respostas de faltas (ARA)	Faltas		
					(1)		(2)		Total (3)		Jan-Jul (4)		Set-Dez (5)				Jan-Jul	Ago-Dez	
					Jan-Jul	Set-Dez	Jan-Jul	Set-Dez	Jan-Jul	Set-Dez	Just.	Injust.	Just.	Injust.					
Turismo	C61	3º	IV	22	404	-	8 231	-	416	-	65	351	-	-	5,05%	55	280	-	
Voc 2D	C66	0º	II	16	578	-	8 778	-	937	-	101	836	-	-	10,67%	486	140	-	
PCQA	C67	2º/3º	IV	18	529	390	9 056	6 500	513	506	65	448	42	464	6,55%	122	210	-	
Comércio	C68	2º/3º	IV	20	533	176	9 415	2 750	1 227	71	158	1 069	16	55	10,66%	18	210	280	
Turismo	C69	2º-3º	IV	17	529	404	8 446	5 973	644	471	106	538	13	458	7,73%	179	210	-	
Turismo	C70	10º/11º	II	23	602	390	13 042	6 857	1 319	350	365	954	97	254	8,39%	10	140	-	
PCQA	C72	10º/11º	II	20	601	391	11 670	6 289	733	401	71	662	62	340	6,31%	24	140	-	
CEF2A	C73	8º/9º	II	18	730	392	11 733	5 277	1 817	326	138	1 679	11	316	12,60%	308	-	-	
CEF1A	C74	0º	II	14	621	-	7 923	-	842	-	83	760	-	-	10,63%	263	-	-	
Comércio	C75	10º	IV	21	-	395	-	7 505	-	448	-	-	0	448	5,97%	0	-	-	
CEF2B	C76	8º	II	18	-	398	-	5 927	-	626	-	-	36	590	10,55%	0	-	-	
Turismo	C77	10º	IV	19	-	391	-	6 407	-	314	-	-	13	302	4,91%	0	-	-	
				TOTAL : 1	226	5 126	3 326	88 293	53 484	8 445	3 513	1 151	7 295	288	3 225	8,43%	1 464	1 330	280
				TOTAL : 2		8 452		141 777		11 958		8 445		3 513	12,24%				1 610

(Veja-se o Quadro II – 2017 e também o de 2016 ampliados, nas páginas 113 e 114 do anexo complementar II)

Nos dois últimos anos letivos, incluindo o 2017/18, a escola mantém uma lotação de 9 turmas.

Comparando o funcionamento da EPCG por anos civis, com base no ocorrido no ano anterior pode-se inferir do quadro supra expresso que foram objeto da ação da escola menos 70 alunos (-23,65%). As turmas têm menos alunos, trabalhou-se com menos duas turmas finalistas e menos uma turma de primeiro ano. Realizaram-se menos 720 horas de formação (-7,85%), o volume de formação realizado foi também inferior em 19.659 hfa (-12,18%), tudo fruto da diminuição do número de horas de formação realizadas e do



menor número de alunos. Contrariando a tendência que se vinha verificando nos anos anteriores, proporcionalmente verificou-se um aumento do número de faltas dadas pelos alunos, (+0,60%), verificando-se assim um agravamento deste último parâmetro e que é atribuível principalmente ao perfil muito particular dos alunos(as) que frequentam os cursos de nível básico, quer seja na modalidade de Formação Vocacional quer seja na de Educação Formação, embora se tenha verificado que nos cursos profissionais também existiram problemas neste âmbito que merecem ser acompanhados e corrigidos.

Ainda no âmbito da assiduidade, comparando as faltas dadas pelos alunos com o volume de formação registado, verificou-se a obtenção das taxas de faltas (6,57%), (7,83%) e (8,43%), respetivamente para 2015, 2016 e 2017 que, como já foi referido anteriormente pode ser imputável maioritariamente ao perfil muito particular dos alunos(as) que frequentaram as formações de nível básico em oferta na Escola Profissional Cândido Guerreiro.

No cumprimento da legislação em vigor foram lançados vários ARA – Atividade de Recuperação de Aprendizagens aprovados pela Direção Técnico Pedagógica, destinados a recuperar os alunos com excesso de faltas, isto é, com mais de 10% de faltas a uma ou várias disciplinas – num total de 1.464 hfa realizadas suplementarmente (Ver quadros das págs. 115 a 117). O quadro regulamentar atual veio aliviar a responsabilidade dos alunos no seu percurso educativo permitindo-lhes faltar mais às aulas, o que se traduz na possibilidade de darem o dobro das faltas das que anteriormente já lhes foram admitidas. Comparando com anos anteriores, a taxa de faltas dos alunos com base no volume de formação total realizável foi de: (2010 - 11.268/179.041 – 6,29%), (2011 – 13.570/169.433 – 8,00%), (2012 – 17.168/168.251 – 10,20%), (2013 – 18.914/156.537 – 12,08%), (2014 – 12.973 /174.339 – 7,44%), (2015 – 11.377/173.262 – 6,57%), (2016 – 12.644/161.436 – 7,83%) e **(2017 – 11.958/141.777 – 8,43%)**, pelo que, como já referido anteriormente, contraria a tendência que se vinha verificando em anos anteriores. Observa-se ainda uma média de faltas inferior aos 10%. Considerando os ARA impostos aos alunos, que totalizaram um valor equivalente a 1.464 horas de formação personalizada adicional, a taxa de faltas à formação (hfa) ficou nos 8,34%, (2016 - 7,18%), (2015 - 5,69%) (+ 1,16% que no ano anterior).

Foram realizadas 1.610 horas de formação prática em contexto de trabalho e/ou prática simulada – estágios em empresas ou em outras entidades – que correspondem a 16% das horas de formação contratadas, (-4,12%) (2016 - 20,12%) (2015 - 21,73%) quando comparado com o realizado no ano anterior.

Outros indicadores de avaliação dos resultados do Projeto Educativo da Escola Profissional Cândido Guerreiro podem ser consultados no anexo complementar II (pág. 121 a 126), entre eles, os dados extraídos do INFOESCOLA e os dados expressos no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), que é coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), complementados com informação relativa aos critérios de seleção das candidaturas ao financiamento dos cursos a que a escola profissional se candidata – Matriz de Análise – Curso / Entidade, páginas 127 a 129 do anexo complementar II.

Numa análise sumária aos custos globais da formação imputados no centro de custo criado ao efeito no processo contabilístico da EPA-CIPRL, bem como ao número de horas de formação aluno realizadas, constata-se que cada uma destas custou em média €/hfa

No período verificaram-se 23 desistências na frequência de alunos nos vários cursos em funcionamento, em linha com o ocorrido no ano anterior. De entre eles, onze abandonaram a formação por motivos desconhecidos, dois abandonaram por motivos

Al-
taur
lay
are
aty
A



conhecidos, oito transferiram-se para outras escolas (2016 – 5 transferências) (2015 – 7 transferências) e dois anularam a matrícula. Mais informação relativa ao abandono da formação pode ser consultada nos quadros da página 118 do anexo complementar II.

Dos quadros do anexo complementar III, (págs. 172 e 173), pode-se verificar pela análise das áreas de residência dos alunos que frequentaram os cursos nos anos letivos 2016/17 e 2017/18, com que a Escola Profissional de Alte trabalhou neste período, que essencialmente, esses continuam a ser oriundos dos concelhos de Loulé, Albufeira e Silves e com menor expressão de outros concelhos do Algarve. Pode-se ainda verificar que há uma procura muito interessante pelos cursos em oferta na Escola Profissional Cândido Guerreiro quer pelos jovens residentes na freguesia quer de outras áreas em geral do concelho de Loulé, inclusive da própria sede de concelho e também de Quarteira.

A proporção de alunos residentes no concelho sobre a totalidade dos alunos que frequentam a escola profissional cifrou-se em 67,30% (2015 -56,30%, 2016 – 62,50%).

3 - Gestão de Recursos Humanos – A oferta formativa contratada, número de turmas em funcionamento na Escola Profissional Cândido Guerreiro, não sofreu alteração quando comparada com a oferta do ano letivo anterior. Pelo que, no período do exercício em análise os quadros de pessoal não docente e docente, com contrato a termo ou em regime de prestação de serviços não sofreram alterações significativas em número de funcionários. (Ver quadros do anexo complementar III, págs. 162/3 e 169/70).

4 – Atividades - No período e de acordo com as propostas iniciais da Direção, aprovadas em Assembleia Geral e nos Planos de Atividades já referidos, há ainda a registar para que conste:

- Foram aprovadas e criadas duas novas turmas do ensino profissional de nível secundário com qualificação profissional de nível IV na especificidade de técnicos de Comércio e técnicos de Turismo – repôs-se mais uma do que a de saída.
- Foi criada somente uma turma dos cursos CEF tipo 2 de Operadores de Distribuição de nível básico, menos uma do que as de saída
- À semelhança do inscrito nos relatórios de atividades da EPA-CIPRL dos anos anteriores, reitera-se que a abertura da oferta massiva de cursos profissionais de nível secundário com qualificação profissional de nível IV nas escolas secundárias da rede pública de ensino, e o boicote que os agrupamentos escolares que integram ensino básico e secundário fazem à intenção da Escola Profissional divulgar as ofertas formativas que tem aprovadas, faz-se sentir quer no número de candidatos que procuraram os novos cursos quer na estabilidade inicial da composição de cada uma das turmas. É ainda de referir que muitos dos alunos que nos procuram e/ou são encaminhados, são alunos referenciados pelas CPCJ's, Tribunal de menores, com histórico de problemas disciplinares e outros. O facto da escolaridade obrigatória ter sido estendida até aos 18 anos de idade, também permite constatar a presença de muitos jovens que muito provavelmente não frequentariam o ensino secundário ou qualquer outra escola. Poderá ser este facto que contribui para a verificação do aumento do registo de faltas nos alunos e que é sintomático ou poderá ser atribuível à desmotivação e à não identificação desses com a frequência e valorização da frequência de qualquer escola nas suas diversas especificidades formativas.
- Não foi possível dar andamento a algumas das orientações recebidas dos serviços da DREAlg no âmbito da observação das disposições do Despacho Normativo n.º 27/99 de 25/05 no que se refere à capacitação e funcionalidade das instalações,

Al-
faut
Vhy
que
M
Z



principalmente no que se refere à criação de espaços específicos às aulas práticas de comércio e de atendimento.

- Os funcionários docentes e não docentes realizaram formação profissional quer por conta própria quer por conta da EPA-CIPRL – veja-se o número de horas de formação correspondente a cada uma delas na página 171 do anexo complementar III.
- A remodelação da página WEB da escola foi continuada mas não foi concluída, nunca estará concluída, mas constata-se que se apresenta insuficiente às necessidades da escola profissional pelo que no curto a médio prazo algo terá de ser feito para melhorar a funcionalidade e disponibilização de informação. Deu-se continuidade à execução dos sumários das aulas com base na nova plataforma eletrónica (*on-line / intranet*) bem como a outras tarefas/funcionalidades disponibilizadas pela plataforma *DBJEP-E/R*.
- À semelhança de anos anteriores, continuou-se a investir na imagem e na comunicação da marca Escola Profissional de Alte e Escola Profissional Cândido Guerreiro, através da contratação de outros veículos e espaços publicitários, designadamente: outdoors, folhetos, flyers, cartazes, campanhas publicitárias no facebook, etc.;
- A Escola Profissional Cândido Guerreiro participou com uma turma no CARNAVAL de Alte 2017. A participação foi realizada com a turma do 2.º ano do curso profissional de técnicos de turismo, que no âmbito da atividade curricular promoveu uma prática de animação durante o evento organizando-se enquanto grupo de foliões caracterizado para a representação de um tema específico.
- Em parceria com o Grupo Desportivo Serrano e com a Junta de Freguesia de Alte coorganizou-se o BTT de Alte 2017 e a Festa Gastronómica – habitualmente inseridos na Semana Cultural de Alte;
- Procedeu-se à participação em feiras e/ou mostras de educação e formação profissional e foram realizadas inúmeras apresentações da escola e dos cursos profissionais e de educação formação em diversas escolas dos concelhos de proximidade – Agrupamentos: Padre Cabanita, Eng.º Duarte Pacheco, Almancil, D. Dinis e Silves Sul;
- Foi realizada em dois momentos, na Praia de Faro, no centro Náutico e em Albufeira, na praia dos Pescadores, a formação de exterior designada por “OUTDOOR” com a presença de praticamente “toda” a comunidade escolar. Esta formação está orientada ao treino das competências para a vida / competência-chave para o empreendedorismo;
- Não foi concretizada a avaliação do pessoal ao serviço da EPA-CIPRL conducente à criação de condições de progressão de carreira tendo como base os percursos e níveis profissionais definidos nas convenções coletivas de trabalho aplicáveis ao funcionamento da Escola Profissional Cândido Guerreiro. Só agora, ao fim de 27 anos, em 22 de agosto de 2017 foi aprovado o Contrato Coletivo de Trabalho celebrado entre a CNEF - Confederação Nacional da Educação e Formação e a FNE – Federação Nacional da Educação e outros, aplicável especificamente às escolas profissionais e aos docentes que o vierem a subscrever, onde está incluído o regulamento de avaliação aplicável;

Al.
faut
uy
rc
fy
B



- O processo Implementação do Sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o quadro EQAVET (“European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training”) não pôde ser concluído. A escola criou uma equipa de trabalho composta pela diretora pedagógica e duas professoras, com vista à implementação deste sistema projetado para o final do ano de 2016. Para o efeito e a convite da ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, a escola integra um painel de entidades diversas, com diferentes graus de implementação de sistemas de qualidade. O trabalho deste conjunto de entidades tem sido orientado no sentido de aferir instrumentos e metodologias necessários à concretização das várias etapas que este processo contempla. À data, a equipa de trabalho da escola encontra-se a trabalhar nos documentos necessários à preparação do sistema.
- Gabinete de Orientação Escolar e Profissional (GOEP) – Integrou a colaboração de duas psicólogas da Câmara Municipal de Loulé, ao abrigo do Projeto de Apoio à Psicologia nas Escolas – PAPE e ainda a colaboração da enfermeira do Programa de Saúde Escolar. O trabalho desenvolvido pelas psicólogas tem sido no âmbito do acompanhamento psicopedagógico dos alunos, bem como no apoio ao processo de seleção dos alunos para as turmas dos cursos de educação formação. Este trabalho decorre nas manhãs de quinta e sexta-feira. O trabalho desenvolvido pela enfermeira, à quinta-feira de manhã, incidiu sobre os temas da sexualidade nas turmas finalistas e sobre temas relacionados com a saúde num sentido mais lato, como por exemplo a sessão de esclarecimento sobre nutrição, dinamizada pela nutricionista do Centro de Saúde de Loulé.
- Foram promovidas parcerias quer com as empresas que mais diretamente colaboram com a Escola Profissional de Alte, CIPRL, na aceitação dos alunos em estágio e/ou em formação em contexto de trabalho, quer com outras entidades públicas ou privadas que diretamente têm a ver com o prosseguimento dos objetivos estatutários da EPA - CIPRL;
- Desenvolveu-se o projeto de **Ligação da Escola à Comunidade**, subordinado à temática da **azeitona** levando a comunidade escolar a trabalhar sobre este recurso endógeno da região. Porém, por falta de disponibilidade e oportunidade não foram apresentados os resultados à comunidade no formato habitual do seminário. Foram porém, apresentados os resultados noutros contextos, como exemplo, os alunos foram convidados a realizar um workshop onde demonstraram as várias formas de processar / conservar as azeitonas. Esta ação foi integrada no programa da Universidade Pensar Global, Agir Local, organizada pela Associação In Loco em parceria com a Câmara Municipal de Loulé, e que teve como tema "Alimentação: Um retrato da População" e que pretendeu apresentar um retrato global da mesma na atualidade, através do debate e partilha de informação e de boas práticas que promovam ao nível local a soberania e segurança alimentar. A ação teve lugar no mercado municipal de Loulé.
- À exceção da realização dos campos de férias para jovens, não se desenvolveu trabalho de projeto e atividades de interesse assinalável nem se experimentou oferecer produtos alternativos potenciadores dos recursos existentes e tendentes a criar alguma diversidade nas ofertas da cooperativa e, daí, também à captação de receitas suplementares às disponibilizadas pela formação dos níveis básico e secundário cofinanciada pelos Contratos-Programa celebrados com o estado português através da DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Rel-
faut
My
me
My
\$



- Assinala-se ainda a realização ou participação em atividades diversas de âmbito curricular promovidas com recursos aos alunos das diversas turmas, como por exemplo:
 - Carnaval em Alte;
 - Na Semana Cultural de Alte: Mercadinho de Alte e Passeio Pedestre destinado aos acompanhantes dos atletas participantes no BTT de Alte;
 - A participação no projeto “Parlamento dos Jovens”;
 - No OPTO.eu V - Fórum de Educação e Formação do Algarve em Albufeira;
 - No ENPAR – Encontro de Partilhas de Práticas Educativas de Cidadania;
 - Semana da leitura promovida / incentivada pelo **Plano Nacional de Leitura**;
 - Atividade de elaboração das Maias, Roteiro, promovida pelo Pólo Museológico de Alte;
 - Mercadinho de Natal, em Alte;
 - A IV Edição do Roteiro dos Presépios de Alte;
 - Campo de Férias com a colaboração do Programa Férias para Todos da CM Loulé;
 - Oceano para que te quero - coordenado pelo Centro Europe Direct Algarve, com o apoio do Zoomarine, Centro de Ciência Viva de Faro e Agência Portuguesa do Ambiente;
 - Conselho consultivo do Curso Técnico de Gestão (22 Fevereiro 2017);
 - Participação da turma do 2º ano de Comércio no projeto *Young Business Talents*, em que um grupo participou na final nacional do simulador de gestão que decorreu no Porto;
 - Mercados mensais em Alte (turma 2D do curso vocacional básico) e Messines (2º ano de Comércio);
 - Balanço de Competências Inicial e Intermédio (turmas de 2º anos) e Balanço de Competências Final (3º anos);
 - I Plano Municipal da Juventude, promovido pela Cooperativa ECOS e pela Câmara Municipal de Loulé;
 - Realização do «Speak Out Challenge», 2 sessões sobre "Comunicação não-verbal e assertividade" e "Construir o teu futuro", promovidos pela Associação Prime Skills;
 - Projeto «Mini-Empresas» promovido pela Junior Achievement (JA) Portugal e em que o Bombom de Medronho – *Regichoco*, venceu a fase regional, com a equipa do 2º ano de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar;
 - Autarquia INOVA, promovido pelo CRIA e CM Loulé, tendo participado os alunos do 2º ano de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar, com o Projeto Miniempresas;
 - Projeto de empreendedorismo destinado aos alunos finalistas e promovido pela CM Loulé com a colaboração do Prof. António Batista, da Universidade de Lisboa. A intenção é criar uma incubadora de empresas em Alte;
 - Novembro de 2017 - Os alunos do 2º ano do Curso de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar venceram o 1º lugar e o 2º lugar em ex-âqueo do concurso de vídeo Aquaspace, sobre o tema “Da aquicultura para o meu prato”. O Centro de Investigação Ambiental Marinha (CIMA) da Universidade do Algarve (UALg) e a empresa Sagremarisco Lda. (SGM) haviam colocado este desafio aos alunos das escolas secundárias da região do Algarve, entre 18 de setembro e a 31 de outubro. O concurso contou ainda com a colaboração da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, através da Direção de Serviços da Região Algarve. Os prémios foram entregues numa cerimónia que decorreu no Campus de Gambelas da UALG. Aos vencedores foram atribuídos prémios, nomeadamente 300 euros para o 1º lugar e 150 euros para o 2º lugar. Esta atividade foi desenvolvida no âmbito do projeto AquaSpace, inserido no Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação, Horizonte 2020.

Al-
taur
ly
gc
am
SF



Nota: As atividades de maior relevância realizadas por cada uma das turmas dos cursos em funcionamento na Escola Profissional Cândido Guerreiro no ano civil 2017 constam do anexo complementar II págs. 130 a 158.

As tabelas dos preços praticados na Escola Profissional de Alte, CIPRL, no ano letivo 2016/17, constam do anexo complementar III, págs. 183 a 186.

Os Transportes Escolares:

A celebração do Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Loulé destinado à comparticipação dos encargos diretamente suportados pela EPA-CIPRL com o transporte escolar dos alunos da área sul do concelho de Loulé, que vigorou no período de 2015/17, veio ajudar a reduzir os défices de financiamento à atividade da EPA-CIPRL / EPCG, quando considerada na sua globalidade – *com os transportes escolares incluídos*.

Importa ter presente que o financiamento da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares conferido à EPA-CIPRL, através dos contratos-programa celebrados, destinase ao cofinanciamento da atividade formativa/letiva e não a qualquer pagamento no âmbito do apoio social escolar às famílias. Está consignado no Decreto-Lei n.º 55/2009 e 2 de março com as atualizações que lhe são introduzidas pelo Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho de 2015 que o apoio social aos alunos que frequentam as escolas profissionais do Algarve é realizado através da Ação Social Escolar à semelhança de qualquer outro aluno da rede pública de ensino. Os apoios a conferir no âmbito do transporte escolar, que integra a ASE, está a cargo das câmaras municipais.

Para o transporte escolar dos jovens que necessitam deste recurso para frequentar a formação profissional, a EPA-CIPRL recorreu à utilização dos seus dois autocarros e à contratação de serviços neste âmbito às transportadoras TRANSOL - Transportes e Turismo, SA. e EVA-Transportes S.A.. Viu ainda autorizada a utilização dos circuitos especiais de transporte escolar quer da CML, para os jovens das freguesias de Alte, Benafim e Salir quer da Câmara Municipal de Silves para os jovens dessa área de residência. Está, porém, a EPA-CIPRL a suportar os encargos com os passes de estudantes dos percursos Silves / S. Bartolomeu. O “desenho dos circuitos” e outros dados constam nos quadros do anexo complementar III, págs. 174 a 181.

Para a realização das visitas de estudo e de outras atividades de complemento da formação que requereram a mobilidade dos alunos foram utilizados e maximizou-se a utilização dos transportes próprios da escola. Neste âmbito foram realizadas cinquenta e cinco deslocações (50 em 2016 e 34 em 2015), cinquenta e três quais em transporte da escola (45-2016, 27-2015) e que perfizeram um total de 5.948 Km percorridos (+ 932 Km que no ano anterior) – quadro do anexo complementar III pág. 182. Das restantes deslocações, uma foi contratada à EVA – Transportes S.A e uma foi facultada pela Câmara Municipal de Loulé. Importa lembrar que as visitas de estudo são recursos fundamentais ao processo de ensino/aprendizagem e às práticas promovidos na EPCG.

Por motivos alheios à EPA – CIPRL, não foi possível obter maior colaboração do município e daí utilizar as saídas e/ou os quilómetros atribuídos pela CML destinados à utilização dos respetivos autocarros para realização das visitas de estudo atribuídas às escolas do concelho. Não está suficientemente claro qual o critério seguido pelos serviços do município e que leva a desconsiderar o acesso da EPCG a esse benefício importante.

Al-
taur
uy
rc

dy
★



Ainda no que se refere a deslocações há a referir a imensidão de Km's realizados com os transportes da escola e também em transporte particular dos próprios docentes para dar resposta ao acompanhamento dos alunos em Formação em Contexto de Trabalho ou em Prática Simulada e ainda nos Estágios Formativos.

EPA/CIPRL - Funcionamento da entidade proprietária da Escola Profissional Cândido Guerreiro

A Escola Profissional Cândido Guerreiro, é uma entidade formadora que está reconhecida pelo Ministério da Educação e a que lhe foi atribuída a Autorização Prévia de Funcionamento n.º 32 em 5 de novembro de 1999.

A Escola Profissional de Alte, CIPRL, é uma entidade que foi criada em agosto de 1999 ao abrigo das disposições do Decreto-lei n.º 4/98 de 8 de janeiro com o fim de responder pela gestão da EPCG tendo esta, a partir de então, perdido a personalidade jurídica com a criação da primeira.


A vivência e o conhecimento, permitem-nos afirmar que a figura jurídica da EPA-CIPRL e as alterações ao quadro legal aplicável à sua gestão, tem vindo progressivamente a condicionar o funcionamento da Escola Profissional Cândido. Consideramos que o condicionamento se deve a que sendo a EPA-CIPRL “uma entidade privada”, mas que tem de responder nos últimos anos integralmente enquanto entidade pública, pelo que, estas exigências trouxeram complexidade e dificuldades acrescidas nas respostas e naturalmente uma sobrecarga de trabalho desmesurada sobre a estrutura de gestão da Escola profissional Cândido Guerreiro que foi e está desde 2002 somente dimensionada para responder à gestão de uma escola profissional privada de 9-10 turmas / 200 alunos.

Nos últimos anos, principalmente desde 2012, com a crise económica com que o país se tem confrontado e com as opções políticas dos vários governos no âmbito da educação e formação profissional e respetivo financiamento, o quadro regulamentar a observar pela Escola Profissional Cândido Guerreiro não é em nada favorável, não estão e nunca foram acautelados esses impactos nos projetos educativos localizados em territórios de baixa densidade, principalmente no Algarve.

Em anexo introduzimos informação que pretende quantificar a leitura atrás expressa, inclusa nos quadros das páginas 164 e 165 do anexo complementar III.

Alte, 24 de fevereiro de 2017

A Direção da EPA-CIPRL

Presidente

Aníbal Coelho

Vogal

Acácio Café

Vogal

Tânia Teixeira

Al.
FIC
cpj



*Al.
taur
ly
fid

ty
\$*

B – RELATÓRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela EPA - Escola Profissional de Alte, CIPRL no período de 2017, assim como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

A leitura deste título deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas.

1.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

1.1.1. Resultados do período

O resultado líquido do período foi de 1.674,08 euros, que representa em relação ao ano de 2016 um decréscimo de 1.440,97 euros.

	2017 euros	2016 euros
Resultado Líquido do Período	1.674,08	3.115,05

1.1.2. Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a 925.323,75 euros, correspondendo a um decréscimo de 27.717,52 euros (-2,9%). Todas as rubricas registaram decréscimo em relação ao período homólogo.

	2017	2016
Rendimentos e Ganhos		
Prestação de serviços	40.869,78	48.472,66
Subsídios à exploração	775.398,37	796.325,28
Outros rendimentos e ganhos	107.608,20	105.283,68
Juros, dividendos e rendimentos similares obtidos	1.447,40	2.959,65
Total de Réditos	925.323,75	953.041,27

**1.1.2.1. Prestação de Serviços**

A evolução da prestação de serviços foi a seguinte:

	Valores expressos em euros	
	2017	2016
Prestação de Serviços		
Matriculas e Inscrição	1.196,65	1.382,05
Impressos Escolares	0,00	798,28
Recuperação de módulos e de ARA	290,00	480,00
Certificados de habilitação 2ª via	100,00	0,00
Serviço de Cafeteria	39.283,13	45.733,93
Outras receitas	0,00	78,40
Total de Prestação de Serviços	40.869,78	48.472,66

Al.
faut
ly
cul
ty
/

Para o decréscimo registado de 7.602,88 euros na prestação de serviços, contribuiu determinantemente a diminuição registada nas receitas da rubrica de serviços de cafeteria.

1.1.2.2. Subsídios à Exploração

A evolução dos subsídios à exploração foi a seguinte:

Subsídios à Exploração	Valores expressos em euros	
	2017	2016
Câmara Municipal de Loulé	85.200,97	85.200,97
Agencia Nacional Erasmus+ Educação e Formação	30.371,20	0,00
Grupo Desportivo Serrano	6.514,93	5.903,98
Direcção Regional de Educação	653.311,27	705.220,33
Total de Subsídios à Exploração	775.398,37	796.325,28

O total de subsídios à exploração, no período, ascendeu a 775.398,67 euros, tendo-se verificado uma diminuição em relação ao período anterior de 20.926,91 euros. Sendo de salientar a diminuição do subsidio da Direcção Regional de Educação de 51.909,06 euros e o aumento do subsidio da Agencia Nacional Erasmus+ Educação e Formação de 30.371,20 euros.



1.1.2.3. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos aumentou 2.253,54 euros. A evolução da rubrica foi a seguinte.

Outros rendimentos e ganhos	2017	2016
Donativos	395,00	213,22
Receitas inscrições BTT ALTE	2.061,80	1.346,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	1,50
Multas-matriculas fora de prazo	430,00	260,00
Correções relativas a períodos anteriores	738,97	591,55
Imputação de subsídios para investimento	90.062,12	93.794,31
Fardamento e polos de alunos	697,32	745,52
Comparticipação de transporte escolar	1.024,50	1.195,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	0,00	35,49
Campo de férias	240,00	558,00
Comparticipação visitas de estudo	3.428,63	2.864,50
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	5.000,00	
Outros	3.529,86	3.749,57
Total de Outros rendimentos e ganhos	107.608,20	105.354,66

*Al. fatur
107
902
107
105*

1.1.3. Gastos e Perdas

Gastos e Perdas	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	21.957,99	26.524,14
Fornecimentos e Serviços Externos	182.115,50	181.458,51
Gastos com o Pessoal	605.681,46	623.262,15
Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	8.121,12	9.561,71
Gastos de depreciação e de amortização	104.479,11	107.215,81
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
Total de Gastos e Perdas	922.355,18	948.022,32

O valor de gastos e perdas totalizou 922.355,18 euros, correspondendo a uma redução de 25.667,14 euros. Com exceção da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos que subiu, todas as outras registaram descidas de valores, sendo que a maior descida se registou nos Gastos com o Pessoal que reduziu 17.580,69 euros.

Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos verificaram-se as seguintes variações:

.15



ESCOLA PROFISSIONAL DE ALTE – CIPRL

Estrada da Ponte – 8100-012 Alte – Tel. 289 478 100 – FAX 289 478 210

	Valores expressos em euros		
	2017	2016	Diferença
Fornecimentos e Serviços Externos			
Alugueres	64.512,33	79.175,81	-14.663,48
Outros serviços	330,87	4.086,68	-3.755,81
Outros materiais	1.477,19	5.019,51	-3.542,32
Conservação e reparação	5.613,43	8.283,49	-2.670,06
Electricidade	11.283,69	12.845,11	-1.561,42
Material de escritório	2.508,65	3.917,54	-1.408,89
Outros fluidos	271,27	815,20	-543,93
Contencioso e notariado	0,00	420,00	-420,00
Despesas de representação	35,00	439,00	-404,00
Rendas	1.488,00	1.752,00	-264,00
Seguros	4.704,90	4.959,38	-254,48
Livros e documentação técnica	15,00	142,58	-127,58
Transporte de mercadorias	0,00	110,70	-110,70
Limpeza, higiene e conforto	3.837,61	3.838,09	-0,48
Água	0,00	0,00	0,00
Júris PAP'S	651,38	562,30	89,08
Comunicação	6.127,29	6.013,81	113,48
Outros serviços especializados	243,58	13,55	230,03
Consumíveis de informática	879,15	600,62	278,53
Fardamento de alunos	895,02	472,72	422,30
Vigilância e segurança	1.689,70	1.011,32	678,38
Visitas de estudo	3.462,17	2.368,39	1.093,78
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.287,83	375,77	1.912,06
Combustíveis	13.362,68	10.547,55	2.815,13
Serviços bancários-comissões	3.011,73	128,79	2.882,94
Deslocações	10.644,59	7.496,91	3.147,68
Publicidade e propaganda	6.466,54	2.400,90	4.065,64
Honorários	11.619,57	6.192,96	5.426,61
Trabalhos especializados	24.696,33	17.467,83	7.228,50
Total	182.115,50	181.458,51	656,99

Al. fawt
my
pic
my



1.1.4. Cash Flow

O cash flow do período foi de 106.153,19 euros, representando uma variação em relação ao período homólogo de (- 4.177,67 euros).

	Valores expressos em euros	
	2017	2016
Resultado Líquido do Período	1.674,08	3.115,05
Gastos de depreciação e de amortização	104.479,11	107.215,81
Cash Flow	106.153,19	110.330,86

ao.
fev
y
qcc
474
#

1.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.2.1. Balanço e Estrutura Patrimonial

Na análise da evolução da estrutura patrimonial consolidada entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, há a destacar:

O total do ativo registou um montante de 1.559.043,72 euros no final de 2017, o que significa uma diminuição de 101.258,90 euros em relação a 31 de dezembro de 2016, resultante das seguintes variações: ativo não corrente (+ 16.285,41 euros) e ativo corrente (- 117.544,31 euros).

O passivo corrente atingiu um montante de 103.870,36 euros no final do período de 2017, o que significa uma redução de 12.370,86 euros em relação ao período homólogo de 2016.

O total do capital próprio passou para 1.455.173,36 euros o que significou uma diminuição de 88.888,04 euros em relação a 31 de dezembro de 2016. Para análise desta diminuição na rubrica capital próprio vide alínea b) do ponto 2.4 do anexo das demonstrações financeiras.

Balanço	Valores expressos em euros	
	2017	2016
Ativo não corrente	935.517,66	919.232,25
Ativo corrente	623.526,06	741.070,37
Total Ativo	1.559.043,72	1.660.302,62
Capital Próprio	1.455.173,36	1.544.061,40
Passivo corrente	103.870,36	116.241,22
Total do Capital Próprio e Passivo	1.559.043,72	1.660.302,62



1.2.2 Investimento

O investimento realizado pela EPA, no exercício de 2017, atingiu 121.037,58 euros, representando um acréscimo de 118.289,92 euros em relação ao período de 2016. O investimento teve a seguinte composição:

Investimento	Valores expressos em euros	
	2017	2016
Edifícios e outras construções	0,00	0,00
Equipamento básico	497,58	2.747,66
Equipamento de transporte	120.540,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Total de Investimento	121.037,58	2.747,66

(Documento com continuação na página seguinte)

Al-
faut
y
pc
chy
✱

**2- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****A – Balanço**

Rubricas	Notas	Valores expressos em euros	
		Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	934.862,62	918.304,15
Participações financeiras - outros métodos	12.6	0,00	705,00
Outros investimentos financeiros	12.6	655,04	223,10
		935.517,66	919.232,25
Ativo corrente			
Inventários	7	1.363,38	1.109,58
Clientes	12.2	732,98	810,74
Adiantamentos a Fornecedores	12.2	30,14	37,64
Estado e Outros Entes Públicos	12.2	0,00	0,00
Capital subscrito e não realizado	12.2/12.5	3.786,76	4.235,68
Pessoal	12.2 / 12.6	0,00	0,00
Outras contas a receber	12.2	240.317,94	15.240,35
Diferimentos	12.2	1.327,76	950,08
Caixa e depósitos bancários	12.2	375.967,10	718.686,30
		623.526,06	741.070,37
Total do activo		1.559.043,72	1.660.302,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12.2 / 12.5	53.465,00	53.965,00
Reservas Legais	12.2	263.736,66	262.179,13
Outras Reservas	12.2	148.641,73	147.707,21
Resultados Transitados	12.2	122.994,83	122.371,83
Outras variações no capital próprio	12.2	864.661,06	954.723,18
		1.453.499,28	1.540.946,35
Resultado líquido do período		1.674,08	3.115,05
Total do capital próprio		1.455.173,36	1.544.061,40
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.2	8.103,18	9.330,34
Adiantamentos de Clientes	12.2	0,00	10,08
Estado e Outros Entes Públicos	12.2	17.700,79	18.181,16
Pessoal	12.2	279,21	155,25
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12.2	77.787,18	88.564,39
Diferimentos	12.2	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		103.870,36	116.241,22
Total do capital próprio e do passivo		1.559.043,72	1.660.302,62

Cal.
faut
my
old
fo
X



Al. Taur
Uy
gic
[Signature]

B – Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	Valores expressos em euros	
		Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8.2	40.869,78	48.472,66
Subsídios à exploração	9.2	775.398,37	796.325,28
Ganhos imputados de associadas	12.6	0,00	35,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	21.957,99	26.524,14
Fornecimentos e serviços externos		182.115,50	181.458,51
Gastos com o pessoal	13	605.681,46	623.262,15
Imparidade de dívidas a receber	12.3		
Reversão de imparidade de dívidas a receber	12.3	0,00	15,00
Outros rendimentos e ganhos	8.2	109.055,60	108.243,33
Outros gastos e perdas		8.121,12	9.561,71
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		107.447,68	112.285,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	104.479,11	107.215,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.968,57	5.069,44
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		2.968,57	5.069,44
Imposto sobre o rendimento do período	11	1.294,49	1.954,39
Resultado líquido do período		1.674,08	3.115,05

De acordo com a posição da Comissão de Normalização Contabilística, os juros de depósitos bancários foram inscritos na rubrica outros rendimentos e ganhos.

C – Demonstração nas alterações no capital próprio

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período 2016	54.933,39	257.514,57	144.940,08	120.506,01	1.048.517,49	9.329,12	1.630.747,46
Outras alterações		4.664,56	2.767,13	1.865,82	-93.794,31	-9.329,12	
Resultado líquido do período						3.115,05	3.115,05
Realizações de capital							0,00
Outras operações	-968,39						-968,39
Posição no fim do período 2016	53.965,00	262.179,13	147.707,21	122.371,83	954.723,18	3.115,05	1.544.061,40
Posição no início do período 2017	53.965,00	262.179,13	147.707,21	122.371,83	954.723,18	3.115,05	1.544.061,40
Outras alterações		1.557,53	934,52	623,00	-90.062,12	-3.115,05	
Resultado líquido do período						1.674,08	1.674,08
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital	0,00						0,00
Outras operações	-500,00						-500,00
Posição no fim do período 2017	53.465,00	263.736,66	148.641,73	122.994,83	864.661,06	1.674,08	1.455.173,36



D – Demonstração dos fluxos de caixa

Valores expressos em euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		39.350,81	11.937,59
Pagamentos a fornecedores		211.662,74	200.780,19
Pagamentos ao pessoal		493.680,49	451.803,60
Caixa gerada pelas operações		-665.992,42	-640.646,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.331,44	-40,05
Outros recebimentos/pagamentos		438.075,73	738.498,29
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-229.248,13	97.812,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		114.887,58	1.374,68
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		463,11	193,30
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		705,00	1.000,00
Outros activos		31,17	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		1.143,45	2.310,08
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-113.471,07	1.742,10
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-342.719,20	99.554,14
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.2	718.686,30	619.132,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		375.967,10	718.686,30

Cal.
Taur
ly
PC
fy
J



Al.
Taut
m
oc
↓
S

E – Anexo às Demonstrações Financeiras

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade

Escola Profissional de Alte, CIPRL

1.2 - Sede

Rua da Igreja, n.º 3, em Alte

1.3 - Natureza da atividade

A Escola Profissional de Alte, CIPRL, adiante designada de EPA, é uma cooperativa de interesse público que se dedica ao ensino particular - profissional e fá-lo através da “marca” Escola Profissional Cândido Guerreiro.

1.4 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis nos 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, e de acordo com a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da EPA.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3– Principais políticas contabilísticas:

3.1- Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da EPA, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 20 anos
Equipamento básico	1 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 5 anos
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na

*Al-
tant
4
gic
A
A*



data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da EPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário utilizado é o intermitente.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Al.
Taur
M
P.C.
M
M



Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Impostos sobre o rendimento

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do período, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Tendo em conta que, de acordo com o estatuto fiscal cooperativo, os apoios e subsídios financeiros ou de qualquer outra natureza atribuídos pelo Estado, nos termos da lei, às cooperativas de primeiro grau, de grau superior ou às régies cooperativas como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade públicas delegadas pelo Estado estão isentos de IRC, o apuramento do imposto resulta designadamente da diferença entre o apuramento do valor das tributações autónomas e o valor das retenções na fonte.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Os descobertos bancários se existirem são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Al-
faut
uy
pe
ch
f



Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, eventuais complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes e foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da EPA.

4 – Fluxos de caixa:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.211,58	731.823,07	731.199,40	1.835,25
Depósitos à ordem	301.474,72	873.656,50	1.006.999,37	168.131,85
Outros depósitos bancários	416.000,00	0,00	210.000,00	206.000,00
Total	718.686,30	731.823,07	941.199,40	375.967,10

Al.
Taut
y
yic
y
y



Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da EPA.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não foi efetuada qualquer alteração voluntária em políticas contabilísticas, nem foram alteradas as estimativas contabilísticas. Não foram detetados erros materiais de períodos anteriores.

6 - Ativos fixos tangíveis:

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas caso existam.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	DESCRIÇÃO	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada Inicial	1.535.201,65	548.099,08	157.825,91	37.052,32	56.093,33	0,00	2.334.272,29
2	Depreciações acumuladas Iniciais	641.372,21	531.597,07	157.138,41	33.837,12	52.023,33		1.415.968,14
3	Perdas por Imparidade acumuladas Iniciais							
4	Quantia líquida escriturada Inicial (4 = 1 - 2 - 3)	893.829,44	16.502,01	687,50	3.215,20	4.070,00	0,00	918.304,15
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-85.858,66	-6.796,02	114.113,50	-3.215,20	-1.684,15	0,00	16.558,47
5.1	Total das adições	0,00	497,58	120.540,00	0,00	0,00	0,00	121.037,58
Adições	Aquisições em 1.º mão	0,00	497,58	120.540,00	0,00	0,00		121.037,58
	Outras aquisições							
	Trabalhos para a própria entidade							
	Acréscimo por revalorização							
	Outras							0,00
5.2	Total das diminuições	85.858,66	7.293,60	6.427,50	3.215,20	1.684,15	0,00	104.479,11
Diminuições	Depreciações	85.858,66	7.293,60	6.427,50	3.215,20	1.684,15		104.479,11
	Perdas por imparidade							0,00
	Alienações							0,00
	Abates							0,00
	Outras							0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade							
5.4	Transferências de AFT em curso							0,00
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda							0,00
5.6	Outras transferências							0,00
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	807.970,78	9.705,99	114.800,00	0,00	2.385,85	0,00	934.862,62
7	Depreciações acumuladas finais (2+Depreciações-Abates-Acerto)	727.230,87	538.890,67	163.565,91	37.052,32	53.707,48		1.520.447,25

Al.
Faut
my
fic
chy
✱



7 – Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário utilizado é o intermitente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2017		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1.363,38	0,00	1.363,38
TOTAL	1.363,38	0,00	1.363,38

Rubricas	31-12-2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1.109,58	0,00	1.109,58
TOTAL	1.109,58	0,00	1.109,58

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

31-12-2017

DESCRIÇÃO	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais	1.109,58	0,00	1.109,58
2 Compras	22.442,27	0,00	22.442,27
3 Reclassificação e regularização de inventários	-230,48		-230,48
4 Inventários finais	1.363,38		1.363,38
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	21.957,99	0,00	21.957,99

31-12-2016

DESCRIÇÃO	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1 Inventários iniciais	834,33	0,00	834,33
2 Compras	26.819,18	0,00	26.819,18
3 Reclassificação e regularização de inventários	-19,79		-19,79
4 Inventários finais	1.109,58		1.109,58
5 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	26.524,14	0,00	26.524,14

*Cal. fatur
my
etc
Chy
SB*



8 – Rédito

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvem a presta o de serviços.

Vide Nota 3.

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos e Ganhos	2017	2016
Presta�o de serviços	40.869,78	48.472,66
Subsídios � explora�o	775.398,37	796.325,28
Reversões	0,00	15,00
Outros rendimentos e ganhos	107.608,20	105.354,66
Juros, dividendos e outros rendimentos similares obtidos	1.447,40	2.924,16
Total de Réditos	925.323,75	953.076,76

9 – Subsídios do Governo e apoios do governo

9.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresenta o adotados nas demonstra es financeiras.

Vide Nota 3.

9.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstra es financeiras e indica o de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os valores dos subsídios do governo foram os seguintes:

(Quadro da página seguinte)

Al. Taur
my
me
my
me



*Al-
faut
ry
se

fy
D*

Descrição	Subsídios do estado e outros entes públicos			Subsídios de outras entidades		
	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
1. Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	89.509,15	0,00	89.509,15	552,97	0,00	552,97
1.1 Ativos Fixos Tangíveis	89.509,15	0,00	89.509,15	552,97	0,00	552,97
1.1.2 Edifícios e outras construções	84300,72	0,00	84.300,72			
1.1.3 Equipamento Básico	5208,43	0,00	5.208,43	552,97	0,00	552,97
2. Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	0	768.883,44	768.883,44		6.514,93	6.514,93
4. Total	89.509,15	768.883,44	858.392,59	552,97	6.514,93	7.067,90

Os valores dos subsídios à exploração do governo e de outras entidades foram os seguintes:

Subsídios à Exploração	Valores expressos em euros	
	2017	2016
Câmara Municipal de Loulé	85.200,97	85.200,97
Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação	30.371,20	0,00
Grupo Desportivo Serrano	6.514,93	5.903,98
Direcção Regional de Educação	653.311,27	705.220,33
Total de Subsídios à Exploração	775.398,37	796.325,28

Os subsídios já recebidos, destinados ao investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 3, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2017 o montante de 90.062,12 euros, sendo a totalidade relativo a ativos fixos tangíveis.



10 – Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 06 de março de 2018.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

11 – Impostos sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A direção da EPA entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

De acordo com o referido na Nota 3, o cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do período, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Tendo em conta que, de acordo com o estatuto dos benefícios fiscais, os apoios e subsídios financeiros ou de qualquer outra natureza atribuídos pelo Estado, nos termos da lei, às cooperativas de primeiro grau, de grau superior ou às régies cooperativas como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade públicas delegadas pelo Estado estão isentos de IRC, o apuramento do imposto resulta designadamente da diferença entre o apuramento do valor das tributações autónomas e o valor das retenções na fonte.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	Descrição	2017	2016
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	2.968,57	5.069,44
2	Imposto corrente	0,00	0,00
3	Imposto diferido		
4	Tributação autónoma	1.294,49	1.954,39
5	Imposto sobre o rendimento do período	1.294,49	1.954,39

Col.
taut
y
gc
fy
A



Al.
faut
my
gic
fy
*

12 – Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

12.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de, instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Vide Nota 3

12.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Clientes/Fornecedores/Cooperantes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Clientes / Fornecedores / Cooperantes / Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total líquido	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total líquido
Ativos:						
Clientes	3.881,33	3.148,35	732,98	3.959,09	3.148,35	810,74
Adiantamentos a fornecedores	30,14	0,00	30,14	37,64	0,00	37,64
Pessoal	170,00	170,00	0,00	170,00	170,00	0,00
Cooperantes	3.786,76		3.786,76	4.235,68		4.235,68
Outras contas a receber	236.561,18	30,00	236.531,18	11.034,67	30,00	11.004,67
Total Ativos	244.429,41	3.348,35	241.081,06	19.437,08	3.348,35	16.088,73
Passivos:						
Fornecedores	8.103,18	0,00	8.103,18	9.330,34	0,00	9.330,34
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	0,00	10,08	0,00	10,08
Pessoal	279,21	0,00	279,21	155,25	0,00	155,25
Outras contas a pagar	77.787,18	0,00	77.787,18	88.564,39	0,00	88.564,39
Total Passivos	86.169,57	0,00	86.169,57	98.060,06	0,00	98.060,06

A rubrica cooperantes (conta sócios) está inscrita no balanço com a designação “Capital subscrito e não realizado”.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

(Quadro da página seguinte)



*Alte
fact
14
enc
14
P*

(Valores expressos em euros)

	2017		2016	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas: Retenções na Fonte				
Imposto a Pagar		990,54		1.331,44
Imposto a Recuperar				
Retenção de Impostos sobre o Rendimento:				
Trabalho Dependente	411,50	4.493,00	411,50	4.152,34
Trabalho Independente		304,16		559,94
Imposto sobre o Valor Acrescentado				
Iva a pagar				
Iva a recuperar				
Encargos Sociais:				
Segurança Social		8.320,20		8.436,10
CGA		3.592,89		3.701,34
ADSE				
Total	0,00	17.700,79	0,00	18.181,16

Os saldos credores dos valores referentes a Retenção de Impostos sobre o Rendimento, Segurança Social e CGA registavam-se à data de 31 de dezembro e foram pagos no mês de janeiro de 2018.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

(Valores expressos em euros)

	2017	2016
Diferimentos		
Ativos		
Gastos a reconhecer	1.327,76	950,08
	1.327,76	950,08
Passivos		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	0,00	0,00



Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	1.835,25	1.211,58
Depósitos à ordem	168.131,85	301.474,72
Outros depósitos bancários	206.000,00	416.000,00
Total	375.967,10	718.686,30
Passivos		
Caixa	0,00	0,00
Depósitos bancários	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

*Col. fatur
my
gic
my
g*

Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Capital próprio		
Capital subscrito	53.465,00	53.965,00
Reservas legais	263.736,66	262.179,13
Outras reservas	148.641,73	147.707,21
Resultados transitados	122.994,83	122.371,83
Outras variações no capital próprio	864.661,06	954.723,18
Total	1.453.499,28	1.540.946,35

12.3 - Perdas líquidas reconhecidas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade.

No período de 2017 não foram reconhecidas perdas por imparidade.

12.4 - Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram as seguintes:

(Documento com continuação na página seguinte)



	31-12-2017	31-12-2016
Cientes	3.148,35	3.148,35
Fornecedores		
Pessoal	170,00	170,00
Accionistas/Sócios		
Outras contas a receber	30,00	30,00
Total	3.348,35	3.348,35

*Al. fant
y
no
up
[Signature]*

12.5 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização. Valor dos títulos de capital.

O capital social da EPA, registado no pacto social, é de 50.000,00 euros. O capital da cooperativa é variável e está dividido em títulos de capital cujo valor nominal é de 5 euros.

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital subscrito era de 53.465,00 euros, sendo que o valor do capital subscrito ainda não realizado era de 3.786,76 euros. De acordo com os estatutos da EPA, os prazos de realização do capital subscrito já expiraram.

12.6 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Investimentos Financeiros apresentava a seguinte decomposição:

(Valores expressos em euros)

	2017	2016
Activo não corrente		
Participações de capital	0,00	705,00
Fundo de compensação do trabalho	655,04	223,10
Investimentos Financeiros	655,04	928,10

13 – Benefícios de empregados

13.1 Benefícios pós-emprego

Os gastos com o pessoal, no período de 2017, foram os seguintes:

(Documento com continuação na página seguinte)



*Alte
faut
y
qc
Hy
J*

Gastos com o pessoal	31-12-2017
Remunerações dos órgãos sociais	97.596,25
Remunerações do pessoal	395.735,70
Benefícios pós-emprego	528,88
Indemnizações	2.192,02
Encargos sobre remunerações	105.070,03
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.788,86
Outros gastos com o pessoal	650,00
Senhas presença conselho fiscal	119,72
Total	605.681,46

A rubrica “Benefícios pós-emprego” refere-se ao prémio de produtividade pago a um funcionário.

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com formação, medicina no trabalho e fardamento.

13.2 Benefícios de cessação de emprego

No período em relato foram pagas as seguintes compensações por cessação do contrato de trabalho:

Funcionário	Tempo pago	Valor pago
Sónia Dourado	15D	431,54
Maria Manuela Silva	18D	178,61
João Entrudo	15D	368,85
Ana Marta Fernandes	17D	274,13
João Luís Lopes	4D	45,16
Maria da Luz Costa	35D	167,15
Vitor Prado	15D	17,92
Cidália Romão	35D	392,88
João Silva	15D	315,78

As compensações foram pagas de acordo com o previsto na lei geral – Código do trabalho e no Contrato Coletivo de Trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e o Sindicato Nacional dos Professores de Educação.

Em virtude das cessações referidas, os trabalhadores receberam as respetivas retribuições de férias e os respetivos subsídios de férias e de Natal a que tinham direito, também de acordo com o previsto na lei geral – Código do trabalho e no Contrato Coletivo de Trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e o Sindicato Nacional dos Professores de Educação.



Alte, 6 de março de 2018

Contabilista
Certificado
n.º 61178


Acácio Café

A Direção da Escola Profissional de Alte, CIPRL

Presidente

Anibal Coelho
* ALTE *

Vogal

Acácio Café
* ALTE *

Vogal

Tânia Teixeira
* ALTE *

Handwritten notes and signatures in blue ink:
Cel. f...
p...
c...
[Signature]

F - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que:

- 1 - A população em idade escolar tem diminuído e continuará a diminuir nos próximos anos.
- 2 - A inclusão de muitas das escolas básicas do território educativo da Escola Profissional Cândido Guerreiro em grandes agrupamentos liderados por escolas secundárias, permitiu aos jovens desses agrupamentos aí realizar a totalidade do seu percurso educativo / formativo, desde o pré-escolar à conclusão do ensino secundário. Mas a experiência e a vivência das mais diversas situações permitem-nos também afirmar que condicionou a liberdade de informação e escolha desses jovens e famílias porque não lhes é facultada a possibilidade de conhecerem outras realidades e ofertas educativas e formativas que não aquelas que o seu agrupamento oferece. O processo de orientação vocacional, escolar e profissional dos jovens, a existir, está ferido e enviesado na forma como os diversos atores o condicionam e/ou limitam. Isto é, se a Constituição da República Portuguesa consigna aos cidadãos os direitos, da liberdade de escolher livremente a profissão (artigo 47.º da CRP), de poderem com liberdade aprender onde quiserem (artigo 43.º da CRP) e de serem informados, sem impedimentos nem discriminações (artigo 37.º da CRP), quando nos agrupamentos escolares fecham portas à divulgação das ofertas formativas de outras escolas, em particular das profissionais/também a E.P. Cândido Guerreiro, algo não estará a ser observado e poder-se-á afirmar que os jovens são condicionados negativamente na sua liberdade e direitos